

CPRT

COMISSÃO DE POLÍTICA
DE RELAÇÕES TRABALHISTAS

RADAR TRABALHISTA

Informativo da Comissão de Política de Relações Trabalhistas - CPRT/CBIC

Ano 5 – Número 0285 – 09/01 à 13/01/2023

SUMÁRIO

- Destaque da Semana
- Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)
 - Notícias do Executivo
- Notícias do Ministério Público do Trabalho
- Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho
 - e-Social
 - Outras Notícias
 - Atos Normativos
- Dados estatísticos de Fiscalização

Destaque da Semana

[Prorrogada a entrada em produção dos eventos de processo trabalhista](#)

eSocial - 13/01/2023

A versão de produção do eSocial será atualizada para a S-1.1 em 16/01/2023, conforme previsto. Contudo, os eventos relativos ao envio das informações referentes aos processos trabalhistas só serão disponibilizados para envio a partir de 1º/04/2023, data a partir da qual a GFIP correspondente será substituída pela DCTFWeb.

A Instrução Normativa que trata da substituição da GFIP-Reclamatória pela DCTFWeb deverá ser alterada pela RFB para estabelecer que a partir do período de apuração 04/2023 as informações referentes a decisões condenatórias ou homologatórias proferidas pela Justiça do Trabalho deverão ser declaradas na DCTFWeb.

O módulo web dos eventos de processo trabalhista será também disponibilizado em 1º/04/2023.

Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)

[Empresa é multada por apresentar recibos de depósito recursal não reconhecidos pelo banco](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 13/01/2023

A Sétima Turma do Tribunal Superior do Trabalho condenou a GPMRV Segurança e Vigilância, empresa de pequeno porte de Guarulhos (SP), por litigância de má-fé por ter apresentado comprovantes de depósito recursal não reconhecidos pelo Banco do Brasil, que não constatou a existência dos valores supostamente depositados. A empresa pagará indenização de 30% e multa de 1% do valor corrigido da causa, além dos honorários advocatícios e do ressarcimento de todas as despesas efetuadas pela parte contrária, um vigilante.

[Enamat e Programa Trabalho Seguro selecionam artigos sobre NRs e trabalho decente](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 13/01/2023

A Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (Enamat) e o Programa Trabalho Seguro da Justiça do Trabalho estão selecionando artigos jurídicos para a obra coletiva “Normas Regulamentadoras (NR) relativas à Segurança e Medicina do Trabalho: Percursos para a Efetividade do Trabalho Decente”. Os textos devem ser enviados até 6 de fevereiro.

[Jornalista não consegue prazo para regularizar atuação de advogado](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 12/01/2023

A Subseção I Especializada em Dissídios Individuais (SDI-1) do Tribunal Superior do Trabalho rejeitou o pedido de uma jornalista de São Paulo de prazo para regularizar

a situação de seu advogado, que, ao interpor recurso, não tinha procuração. Segundo o colegiado, não se tratava de irregularidade em procuração ou substabelecimento já existente no processo, mas de ausência desses documentos. Nessas circunstâncias, é indevida a concessão de prazo para sanar o problema.

[Correção e juros de mora pela Selic incidem a partir de fixação da indenização a ser paga por clube](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 11/01/2023

A Quinta Turma do Tribunal Superior do Trabalho decidiu que o marco inicial para a incidência de correção monetária e juros de mora com a aplicação da taxa Selic é a data da fixação judicial dos danos morais. O colegiado aplicou ao caso o entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a matéria.

[Bancário não receberá horas extras em períodos em que foi gerente](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 10/01/2023

A Sétima Turma do Tribunal Superior do Trabalho decidiu que um bancário do Rio Grande do Sul não deverá receber horas extras referentes a períodos em que exerceu cargos gerenciais. Ao acolher embargos de declaração da Caixa Econômica Federal, a Turma modificou decisão anterior e concluiu que os três tipos de gerência ocupados por ele exigem grau especial de confiança e, portanto, se enquadram na interpretação restritiva que afasta o direito às horas extras, conforme a jurisprudência recente da Subseção I Especializada em Dissídios Individuais (SDI-1) do TST.

Notícias do Executivo

[Prova de vida agora é feita pelo INSS](#)

Ministério do Trabalho e Previdência - 11/01/2023

A partir de janeiro de 2023, cabe ao próprio INSS verificar se o segurado segue vivo. Com a nova regra, o cidadão não é mais obrigado a sair de casa para realizar sua prova de vida. No momento, a equipe da Previdência Social estuda os últimos detalhes para que a regulamentação da medida seja publicada. A regulamentação trará detalhes de como o INSS fará os cruzamentos de dados e de como o segurado deve agir, caso sua prova de vida não seja realizada de modo automático.

[Benefícios com valor acima do salário mínimo são reajustados em 5,93%](#)

Ministério do Trabalho e Previdência - 11/01/2023

Os segurados da Previdência que recebem acima do salário mínimo terão os benefícios reajustados em 5,93%, conforme o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). Os novos valores foram oficializados pela [Portaria Interministerial MPS/MF nº 26](#), publicada nesta quarta-feira (11), no Diário Oficial da União (DOU). O reajuste vale desde 1º de janeiro de 2023.

[Divulgada tabela anual do Seguro-Desemprego para o ano de 2023](#)

Ministério do Trabalho e Previdência - 11/01/2023

O Ministério do Trabalho e Emprego realizou a atualização da tabela anual necessária ao cálculo dos valores de seguro-desemprego para os trabalhadores que tiverem direito ao benefício a partir do dia 11 de janeiro de 2023, que passa a valer a partir dessa data. A atualização cumpre requisitos exigidos no texto da Lei nº 7.998, de 1990,

que regula o Programa do Seguro-Desemprego, bem como no texto da Resolução nº 957, de 2022, do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - CO-DEFAT.

[Evento discute inovação e impactos da tecnologia no mercado de trabalho](#)

Fundacentro - 12/01/2023

O encerramento do III Encontro de Pesquisa & Inovação, promovido pela Fundacentro, recebeu o diretor técnico do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas em Alagoas (Sebrae), Vinícius Nobre Lages, que destacou os impactos da inovação no mundo do trabalho e SST (Segurança e Saúde no Trabalho). O Encontro está disponível no canal da [Fundacentro no YouTube](#).

[Pesquisas enfocam nanomateriais, professores, indústria da construção e amianto](#)

Fundacentro - 10/01/2023

No III Encontro de Pesquisa & Inovação, a Conversa Intramuros, que costuma ser um bate-papo entre servidores da Fundacentro para apresentarem os projetos em andamento, foi compartilhada com a sociedade. O vídeo está disponível no canal da Fundacentro no YouTube. Nele é possível assistir às palestras dos pesquisadores e conhecer os resultados de algumas pesquisas.

Notícias do Ministério Público do Trabalho

[Justiça reafirma afastamento de lactantes das atividades insalubres no Hospital Universitário de Dourados \(MS\)](#)

Ministério Público do Trabalho - 13/01/2023

A 2ª Vara do Trabalho de Dourados ratificou, em recente sentença, o afastamento concedido liminarmente no ano passado às empregadas lactantes que laboram de forma presencial em ambiente insalubre no Hospital Universitário (HU), pelo período de até dois anos e sem a exigência de atestados médicos. A decisão alcança as colaboradoras da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), que administra o hospital, contratadas até 1º de março de 2022, que já eram gestantes ou lactantes e que atuam exclusivamente para a Ebserh. O descumprimento dessa obrigação sujeita a empregadora a multa diária no valor de R\$ 1 mil, em relação a cada trabalhadora prejudicada.

Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho

[Em 2023, os desafios da mulher no mercado de trabalho](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 10/01/2023

Nesta terça-feira, 10 de janeiro, o jornal Diário de Pernambuco publicou a matéria “Desafios da mulher no mercado de trabalho em 2023” da jornalista Cláudia Molinna. O texto registrou que as mulheres são a maioria, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), número que superou em 4,8 milhões o de homens no Brasil. Mesmo assim, ainda não possuem a representatividade que deveriam ter dentro das empresas, principalmente quando se fala em cargos de liderança. É o que destaca o relatório Women in the Workplace 2021, quanto mais alto for o cargo, menor a presença feminina.

Notícias do e-Social

[Parada temporária na integração dos eventos eSocial no CNIS para implantação da versão S-1.1 do leiaute.](#)

eSocial - 11/01/2023

O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), por meio da Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social (Dataprev), recebe e processa os eventos do ambiente nacional do eSocial, a fim de alimentar o CNIS. Deste modo, comunicamos que haverá uma parada temporária na integração dos eventos eSocial no CNIS para fins da implantação da versão 1.1 do leiaute do eSocial, que se dará no período citado acima.

Outras Notícias

[ESG, diversidade na empresa e advocacia trabalhista](#)

Consultor Jurídico - 15/01/2023

O grande tema que envolve a parte social do ESG (Environmental, Social and Governance) na área trabalhista atualmente é a questão da diversidade na empresa. Nos grandes eventos da área trabalhista realizados no ano de 2022 em que se discutiu ESG, o tema mais abordado foi o da diversidade, especialmente no que tange a gênero, raça e orientação sexual.

[O aniversário da reforma trabalhista e o que esperar do próximo quinquênio](#)

Consultor Jurídico - 13/01/2023

A Lei 13.467/2017, vigente desde 10/11/2017, conhecida como reforma trabalhista, completa cinco anos de existência. Cercada de muitas mudanças positivas e negativas, a depender de quem assim a define, de uma forma ou de outra, mas certamente de polêmicas e, sem sombra de dúvidas, importantes alterações nas relações de trabalho e emprego.

[Apontamentos sobre o IDPJ invertido na execução trabalhista](#)

Consultor Jurídico - 12/01/2023

No final do ano de 2022, havia sido aprovado pelo Congresso Nacional o Projeto de Lei (PL) 3.401/2008, que disciplinava novo procedimento para a declaração judicial da desconsideração da personalidade jurídica. Contudo, o PL não foi sancionado pelo presidente da República, sendo a proposição vetada totalmente. De acordo com a mensagem nº 657, de 13 de dezembro de 2022, enviada ao presidente do Senado

Federal, as razões para o veto foram em virtude de sua “inconstitucionalidade e contrariedade ao interesse público”.

[O Direito do Trabalho e a geração de empregos](#)

Consultor Jurídico - 12/01/2023

No Brasil, atribui-se ao Direito do Trabalho a culpa pela retração da empregabilidade e, paradoxalmente, a missão de gerar empregos. Tanto é assim que durante a tramitação do Projeto de Lei nº 6787/2016 (convertido na Lei nº 13.467/2017), o relator, deputado Rogério Marinho, prometeu melhorar os índices de empregabilidade.

[Anywhere office — quais são as implicações desse modelo de trabalho?](#)

Consultor Jurídico - 10/01/2023

Anywhere office é o termo que se refere ao modelo de trabalho no qual há a possibilidade de o empregado, que labora remotamente, exercer suas funções de qualquer lugar do mundo. Esse modelo de trabalho, diferentemente do já conhecido home office, não limita o empregado a trabalhar somente de sua casa, mas possibilita que ele trabalhe de uma cafeteria, de um espaço de coworking, ou, até mesmo, em um hotel durante uma viagem, por exemplo.

[Empresa em recuperação não está sujeita a execuções trabalhistas](#)

Migalhas - 15/01/2023

A 16ª turma do TRT da 2ª região manteve sentença que indeferiu o prosseguimento de execução contra uma empresa em recuperação judicial. A lei de recuperação e falências (lei 11.101/15) prevê suspensão de 180 dias nas execuções, prorrogáveis por igual intervalo, também conhecido como período de congelamento ou stay period.

[Empresa é condenada por ler conversas de WhatsApp de trabalhador](#)

Migalhas - 13/01/2023

O empregado de uma construtora que teve as mensagens por ele enviadas no WhatsApp para um grupo de colegas lidas pela empregadora deverá receber inde-

nização. A juíza Fernanda Guedes Pinto Cranston Woodhead, da 3ª vara do Trabalho de São Leopoldo/RS, considerou que a empresa praticou ato ilícito, pela violação de privacidade e de preceitos da LGPD.

[Sancionada lei que estabelece CPF como número único de identificação](#)

Migalhas - 12/01/2023

O presidente Lula sancionou, nesta quarta-feira, 11, a [lei 14.534/23](#), que estabelece o número de inscrição no CPF como número único e suficiente para identificação do cidadão nos bancos de dados de serviços públicos. Segundo a norma, o CPF deverá constar dos cadastros e dos documentos de órgãos públicos, do registro civil de pessoas naturais ou dos conselhos profissionais.

[A desaceleração econômica poderá forçar os trabalhadores a aceitar empregos de menor qualidade](#)

Organização Internacional do Trabalho - 16/01/2023

A atual desaceleração econômica global provavelmente forçará mais trabalhadores e trabalhadoras a aceitar empregos de menor qualidade, mal remunerados, precários e sem proteção social, acentuando assim as desigualdades exacerbadas pela crise da COVID-19, de acordo com um novo relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Atos Normativos

[PORTARIA INTERMINISTERIAL MPS/MF 26, DE 10 DE JANEIRO DE 2023](#) (DOU de 11/01/2023 Seção I Pág. 32) - Dispõe sobre o reajuste dos benefícios pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e demais valores constantes do Regulamento da Previdência Social - RPS e dos valores previstos nos incisos II a VIII do § 1º do art. 11 da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, que trata da aplicação das alíquotas da contribuição previdenciária prevista nos arts. 4º, 5º e 6º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004. (Processo nº 10128.118262/2022-61);

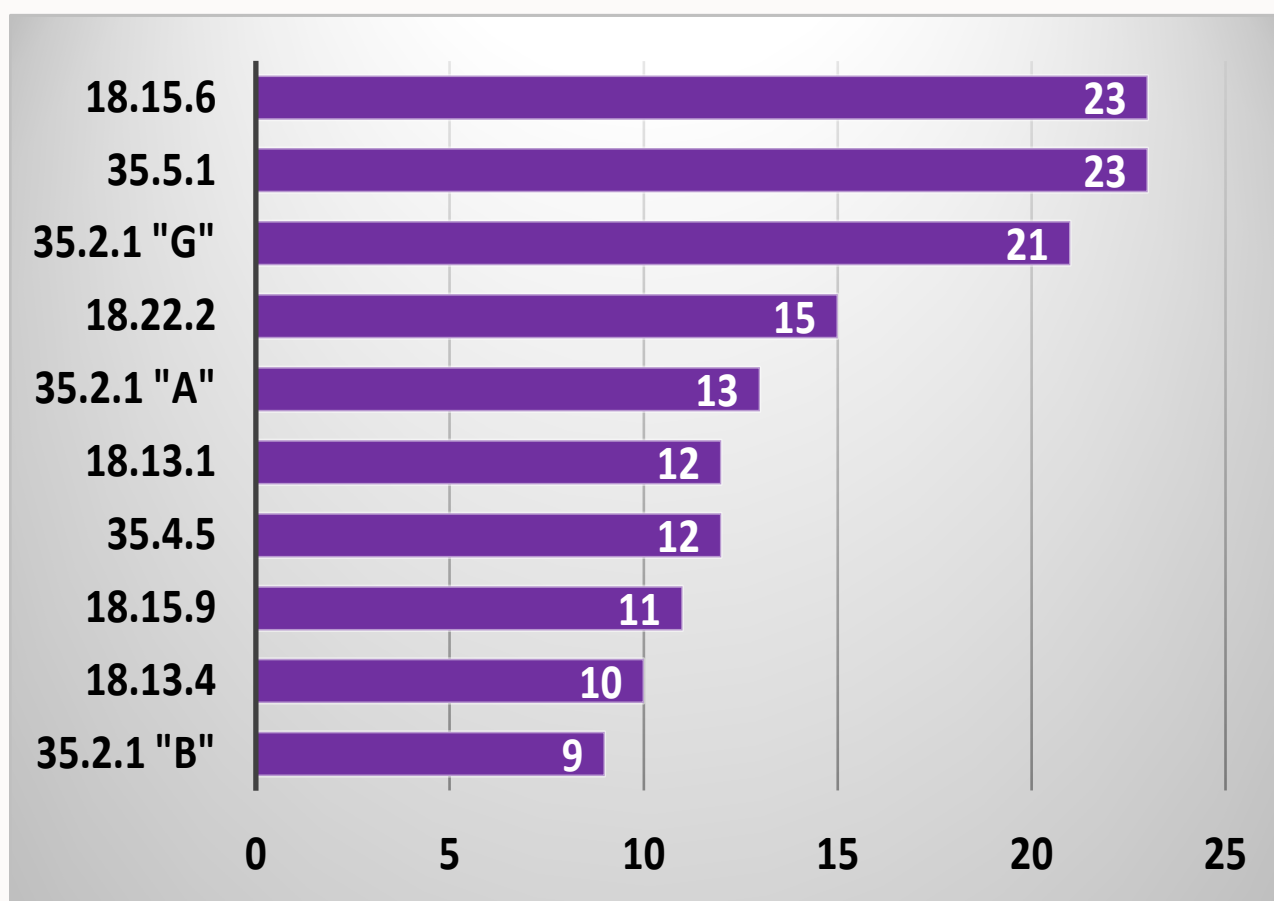
[LEI N.º 14.534, DE 11 DE JANEIRO DE 2023](#) (DOU de 11/01/2023 Seção I Extra Pág. 02) - Altera as Leis nºs 7.116, de 29 de agosto de 1983, 9.454, de 7 de abril de 1997, 13.444, de 11 de maio de 2017, e 13.460, de 26 de junho de 2017, para adotar número único para os documentos que especifica e para estabelecer o Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) como número suficiente para identificação do cidadão nos bancos de dados de serviços públicos;

[PORTARIA MPS N.º 55, DE 11 DE JANEIRO DE 2023](#) (DOU de 12/01/2023 Seção I Pág. 54) - Estabelece os fatores de atualização para contribuições relacionadas a benefícios no mês de janeiro de 2023;

[MEDIDA PROVISÓRIA N.º 1.160, DE 12 DE JANEIRO DE 2023](#) (DOU de 12/01/2023 Seção I Extra Pág. 02) - Dispõe sobre a proclamação do resultado do julgamento, na hipótese de empate na votação no âmbito do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, e sobre a conformidade tributária no âmbito da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda e altera a Lei nº 13.988, de 14 de abril de 2020, para dispor sobre o contencioso administrativo fiscal de baixa complexidade.

Dados estatísticos de Fiscalização

Os 10 (dez) itens das Normas Regulamentadoras mais capitulados como “Interdição” durante a fiscalização do Ministério do Trabalho e Previdência na Indústria da Construção (CNAEs 41, 42 e 43) no ano de 2022 (jan/out):



Fonte: Sistema Federal de Inspeção do Trabalho - SFIT/MTP

Interdição: É uma rubrica utilizada pela fiscalização do Ministério da Economia (antigo Ministério do Trabalho) para contabilizar os artigos da legislação trabalhista (CLT ou Segurança e Saúde no Trabalho) que foram utilizados para paralisar as atividades de itens encontrados nos canteiros de obra da Indústria da Construção, por ter sido caracterizado “grave e iminente risco” a segurança e a saúde dos trabalhadores, durante a ação de fiscalização realizada pelos Auditores Fiscais do Trabalho. Esse quantitativo não está atrelado obrigatoriamente ao número de “notificações”, “autuações” ou “regularizados na ação fiscal” realizadas pela auditoria fiscal do Ministério da Economia. Os atos fiscais do ME são assim contabilizados: RF 1 - Regular; RF 2 - Regularizado na Ação Fiscal; RF 3 - Irregular (autuação); RF 4 - Notificado; RF 5 - Embargo; RF 6 - Levantamento de Embargo; RF 7 - Interdição; RF 8 - Levantamento de Interdição.

18.15.6 Os andaimes devem dispor de sistema guarda-corpo e rodapé, inclusive nas cabeceiras, em todo o perímetro, conforme subitem 18.13.5, com exceção do lado da face de trabalho.

35.5.1 É obrigatória a utilização de sistema de proteção contra quedas sempre que não for possível evitar o trabalho em altura.

35.2.1 Cabe ao empregador:

g) garantir que qualquer trabalho em altura só se inicie depois de adotadas as medidas de proteção definidas nesta Norma;

18.22.2 Devem ser protegidas todas as partes móveis dos motores, transmissões e partes perigosas das máquinas ao alcance dos trabalhadores.

35.2.1 Cabe ao empregador:

a) garantir a implementação das medidas de proteção estabelecidas nesta Norma;

18.13.1 É obrigatória a instalação de proteção coletiva onde houver risco de queda de trabalhadores ou de projeção e materiais.

35.4.5 Todo trabalho em altura deve ser precedido de Análise de Risco;

18.15.9 O acesso aos andaimes deve ser feito de maneira segura.

18.13.4 É obrigatória, na periferia da edificação, a instalação de proteção contra queda de trabalhadores e projeção de materiais a partir do início dos serviços necessários à concretagem da primeira laje.

35.2.1 Cabe ao empregador:

b) assegurar a realização da Análise de Risco - AR e, quando aplicável, a emissão da Permissão de Trabalho - PT;

EXPI **EXPEDIENTE**

Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC)

José Carlos Martins

Presidente

Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT/CBIC)

Fernando Guedes Ferreira Filho

Presidente da CPRT

Gilmara Dezan

Gestora de Projetos e Assessora da CPRT

Queiroz Neto Advocacia & Políticas Públicas

Clovis Veloso de Queiroz Neto

Consultor CBIC e Responsável Técnico

Projeto Gráfico

Paulo Henrique Freitas de Paula